



## CERTIFICADO Nº 4283 LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto São Francisco, no uso de suas atribuições, com base no art. 4º, inciso V da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 51, seu §1º, inciso I, do Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, e art. 8º, inciso III e seu §4º, inciso II, da Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 6 de dezembro de 2017, concede à empresa abaixo relacionada Licença Ambiental Simplificada, modalidade LAS/RAS, em conformidade com normas ambientais vigentes e condicionantes impostas.

Denominação da Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : INTEGRACAO ENGENHARIA PARQUE DE TRANSFORMACAO AMBIENTAL LTDA

CNPJ/CPF : 36.310.486/0001-01

Denominação do empreendimento para fins do licenciamento : INTEGRAÇÃO DE RESÍDUOS PARQUE DE TRANSFORMAÇÃO AMBIENTAL LTDA

Endereço da Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : Rodovia RODOVIA BR 354 FAZENDA ARANHA número/km S/N Bairro Zona Rural Cep 38900-000 Bambuí - MG

Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:

Bambuí (LAT) -20.0444, (LONG) -45.8325

Fator locacional resultante : 1

Classe predominante resultante : 2

Processo Administrativo Licenciamento : 4283/2020

### Código e Descrição da(s) Atividade(s) Principal(is) :

Código	Descrição	Parâmetro	Qtde	Unidade
E-03-07-7	Aterro sanitário, inclusive Aterro Sanitário de Pequeno Porte	CAF	109.991	t
E-03-07-9	Unidade de triagem de recicláveis e/ou de tratamento de	Quantidade	18	t/dia
F-05-13-5	Disposição final de resíduos de serviços de saúde (Grupos	CAF	109.991	t

Com condicionantes listadas no anexo.

Validade de 10 ano(s), com vencimento em 24/11/2030.

Certificado emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018, com base nas informações prestadas pelo empreendedor e pelo(s) responsável(is) técnico(s) pelo(s) estudo(s) apresentado(s).

Divinópolis, 24/11/2020.

Documento assinado eletronicamente por RAFAEL REZENDE TEIXEIRA, Superintendente, em 24/11/2020 12:17 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

- Esta licença não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Conforme manifestação expressa no processo de licenciamento ambiental que originou a licença (quando assim for aplicável), há plena ciência do empreendedor quanto sua obrigação legal de efetuar o registro de sua atividade no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme Lei Nacional nº 6938/1981 e Instrução Normativa MMA/IBAMA nº 06/2013, sem prejuízo dos demais registros advindos do Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SEMAD-Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



CERTIFICADO Nº 4283 LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO

Autorização para intervenção ambiental

DAIA nº 0039022-D

Outorga de Direito de Uso de Recursos

Uso Insignificante nº 219091/2020, PA nº 43958/2020





**CERTIFICADO Nº 4283 LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO**

Condicionantes

**CONDICIONANTES PARA A FASE DE INSTALAÇÃO**

1) Implantar 3 poços para monitoramento das águas subterrâneas, sendo 1 (um) a montante e 2 (dois) a jusante considerando o fluxo das águas subterrâneas e conforme a norma ABNT NBR 13895 – Construção de poços de monitoramento e amostragem. Salienta -se que os poços deverão estar à distância segura dos taludes e demais estrutura que compõe a ETE, devendo ainda respeitar áreas legalmente protegidas tais como faixas de APP e Reserva Legal. Apresentar relatório fotográfico e planta topográfica planimétrica com a delimitação dos poços. PRAZO: Antes do início das atividades de operação

2) Apresentar relatório técnico fotográfico acompanhado de ART comprovando a implantação da manta PEAD na base da área de aterragem dos resíduos. PRAZO: Antes do início das atividades de operação;

3) Apresentar relatório comprovando a destinação adequada dos produtos e subprodutos oriundos do corte das árvores isoladas. PRAZO: Antes do início das atividades de operação;

4) Apresentar relatório técnico descritivo e fotográfico acompanhado de ART da instalação do sistema de drenagem pluvial, drenagem de biogás, e drenagem de líquidos lixiviado. PRAZO: Antes do início das atividades de operação;

**CONDICIONANTES PARA A FASE DE OPERAÇÃO**

01 Apresentar semestralmente relatórios de controle e disposição dos efluentes líquidos gerados, contendo minimamente o quantitativo gerado e encaminhado a empresa responsável pelo transporte e disposição final (Razão social e regularidade ambiental) PRAZO: Após a operação do empreendimento;

02 Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes. PRAZO: Durante a vigência da licença;

03 Apresentar relatório descritivo quanto aos queimadores de gases em atividade nas células do aterro ou outra tecnologia de destinação dos gases, diagnosticando as eventuais causas de não captura dos gases. PRAZO: Anualmente